



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número _____ / XI (____ª)

PERGUNTA

Número 260 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>19 / 11 / 2009</u>
<small>Comissão de Mesa</small>

Assunto: **Situação social na empresa Rohde**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Por várias vezes o PCP já questionou o anterior Governo PS sobre o futuro da empresa Rohde e dos seus trabalhadores, na maioria mulheres. Questionou também anteriores Governos dado que o futuro desta empresa tem vindo a ser posto em causa desde 2000, com sucessivos recursos ao lay off, com despedimentos sucessivos, sendo que esta empresa foi já a maior empregadora do concelho de Santa Maria da Feira, empregando dezenas de famílias, milhares de trabalhadores.

Mais recentemente, como já questionado nesta nova Legislatura pelo PCP, o lay off tem vindo a ser sucessivamente prolongado, com a conivência e apoio do actual Governo PS, que terá sugerido mesmo o despedimento de trabalhadores, os trabalhadores continuam sem a totalidade do seu salário, com a agravante de nem receberem a parte que cabe à entidade patronal. No dia 20, o futuro destes trabalhadores será decidido em Assembleia de Credores, perante um plano de recuperação que mais não visa do que a chantagem e pressão sobre os trabalhadores, avançando com a "inevitabilidade" de despedimentos para a empresa ter viabilidade. Ora, visa, pois, este plano, responsabilizar trabalhadores que durante décadas deram o seu melhor e contribuíram para o crescimento desta empresa, para a obtenção de lucros, para o aumento da riqueza da empresa, do município e do país.

Trabalhadores que são os únicos credores da empresa, o que leva, pois, a questionar o fundamento da dita inviabilidade – num montante que ronda os 13,7 milhões de euros. Estes que têm sido os maiores prejudicados perante o silêncio do Governo.

O plano de recuperação prevê mesmo que a empresa possa atingir 10,8 milhões de euros de facturação, mas para isso os trabalhadores ou aceitam o despedimento, estando em curso negociações para o pagamento da indemnização de 500 trabalhadores e, portanto, para o seu despedimento, ou o lay off por mais quatro meses para os restantes. No caso de encerramento o património apenas chegará para pagar 30% da dívida.

Esta empresa coloca de uma forma inadmissível, uma pressão sobre todos os trabalhadores que, perante este plano, apenas têm como opção o despedimento ou o lay off. De acordo com informações veiculadas na

comunicação social, o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria terá demonstrado disponibilidade para apoiar a Rohde, se as operações tiverem viabilidade económica, ignorando por completo, a situação dos actuais 984 trabalhadores e das suas famílias.

Assim, venho solicitar ao Governo, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, **através do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social**, os seguintes esclarecimentos:

- Que medidas pretende esse Ministério tomar para garantir a viabilidade da Rohde, a manutenção dos 984 postos de trabalho e garantir o pagamento dos créditos dos trabalhadores, cessando com a maior urgência o lay off?

Palácio de S. Bento, 17 de Novembro de 2009

O Deputado:



Jorge Machado